

Entrevista

Uma cidade sitiada: medo e urbanidade no Rio de Janeiro do século XVIII. Entrevista com Maria Fernanda Bicalho

Cezar Honorato [*]

[*] Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói (RJ), Brasil. E-mail: cezarhonorato@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4212-7395>

Resumo: A entrevista contempla a trajetória acadêmica de Maria Fernanda Bicalho, professora titular de história na Universidade Federal Fluminense, com ênfase em seus trabalhos sobre a cidade do Rio de Janeiro no período colonial, os perigos que a assolavam, o medo de seus moradores, as formas de pactuação com a Coroa portuguesa.

Palavras-chave: Trajetória; Cidade; Medo.

A city under siege: fear and urbanity in 18th-century Rio de Janeiro. Interview with Maria Fernanda Bicalho

Abstract: The interview covers the academic trajectory of Maria Fernanda Bicalho, professor of history at Universidade Federal Fluminense, with an emphasis on her work on the city of Rio de Janeiro during the colonial period, the dangers that plagued it, the fear of its residents, and the forms of pact with the Portuguese Crown.

Keywords: Trajectory; City; Fear.

Cezar Honorato: Professora Fernanda Bicalho, comecemos por sua formação acadêmica. Você se formou pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), que é uma escola de referência, inclusive na área de história cultural. Em seguida, você fez mestrado em antropologia social no Museu Nacional (Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ), outra instituição de referência. Depois você foi para a Universidade de São Paulo, fazer o doutorado com a professora Laura de Mello e Souza. E fez, por fim, pós-doutorado em vários lugares. A minha pergunta é de que forma essa sua trajetória foi fundamental na sua formação e na sua produção acadêmica?

Maria Fernanda Bicalho: De fato, foi fundamental na minha formação e produção acadêmica. E acho que foi fundamental também na forma como hoje vejo e pratico a história. Entrei na PUC no final dos anos 1970, em 1978, e me formei em 1981, em plena ditadura militar no Brasil. Fui aluna de Francisco Falcon, de Ilmar de Mattos, de Berenice Cavalcante, de Margarida de Souza Neves e de Marco Antônio Pamplona. Eram, então, os mesmos professores da Universidade Federal Fluminense (UFF). Cursei história e tive uma sorte incrível, e devo essa sorte – pois a sorte não é só o destino – à minha parceria com Ilmar Rohloff de Mattos, ou à parceria dele comigo. Quando me formei, em 1981, Ilmar foi convidado a dar aula na instituição que se tornou Faculdade da Cidade. Ele declinou, já dava aula na UFF e na PUC, e me indicou para assumir a disciplina de história. Então comecei a dar aula muito jovem, em 1982, quando tinha apenas 23 anos. Depois fui contratada pela PUC, em 1983. Era horista em ambas as universidades e, em 1990, fiz a seleção para professora substituta na UFF. Entre 1990 e 1992, fui professora substituta no Departamento de História, e ainda tive uma atuação na Faculdade Bennett, num curso de pós-graduação *latu sensu* em ciência política. Ao mesmo tempo fazia o mestrado em antropologia social do Museu Nacional da UFRJ. Eu me lembro que quem me conduziu ao Museu foi o saudoso Ricardo Benzaquen, meu professor na PUC. O Museu Nacional foi uma referência importantíssima para mim. Na PUC, eu controlava razoavelmente a historiografia daquela época. Quando entrei no Museu, ler Lévi-Strauss, Marcel Mauss, Émile Durkheim foi um deslumbramento! No início eu não entendia muito. Mas fui uma boa aluna, de Roberto da Matta, Gilberto Velho, Peter Fry, Lígia Sigaud, Luiz Fernando Duarte e Eduardo Viveiros de Castro. Meu orientador foi o saudoso professor Gilberto Velho. Os anos 1980, quando frequentei o Museu, foram um período muito interessante no desenvolvimento do diálogo entre a história e a antropologia, assim como da história cultural. Entrei no mestrado em 1983. Defendi minha dissertação em 1988. Era o momento inicial dessa interlocução, desse diálogo interdisciplinar. Lembro-me que estava muito na moda o livro de Clifford Geertz, *A interpretação das culturas* (1978). A minha dissertação foi um tanto heterodoxa para um curso de antropologia. Em vez de trabalho de campo em uma aldeia indígena ou em um

assentamento rural, pesquisei os jornais femininos, escritos por mulheres e voltados para as mulheres no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Era para mim uma coisa surpreendente: mulheres que escreviam jornais, que dirigiam jornais naquela época, tão remota, quando o acesso das mulheres ao espaço público era tão restrito. Meu “campo” era a Biblioteca Nacional. Analisei, entre outros, o *Jornal das Senhoras*, de 1850, e *O Bello Sexo*, de 1862, que, aliás, se tornou parte do título da minha dissertação (Bicalho, 1988). Acho que em todo o trabalho que fazemos, procuramos tratar de algo que tenha a ver conosco. Por mais “científicos” que tentemos ser, tem ali um olhar, tem uma interrogação que nos diz respeito.

Em outras palavras, tem uma questão que é nossa. É um tanto existencial. Pesquisei a imprensa e a identidade feminina sob o olhar de uma análise antropológica. E, quando terminei a dissertação, tinha que tratar da minha própria identidade. Tinha ainda o doutorado a fazer e me coloquei a questão: iria continuar como antropóloga, ou iria voltar a ser historiadora? Porém, não tive dúvidas de que o meu caminho era o da história. Foi assim que, em 1990, no Departamento de História da UFF, voltei a fazer o que eu fazia na PUC, onde dava aula de história, geralmente sobre os séculos XIX e XX. Então, decidi que eu iria ser historiadora, ou melhor, professora de história, aproveitando toda essa bagagem magnífica da antropologia. Naquele momento, a história cultural, que eu não havia conhecido na PUC, e a história política, me fizeram optar pela USP. Procurei Laura de Mello Souza em março de 1991, com um pré-projeto, ou uma carta de intenções, para estudar a cidade do Rio de Janeiro no período colonial. No início de 1991 eu ainda dava aulas em quatro faculdades e universidades no Rio de Janeiro. Laura me disse, “você volta para o Rio de Janeiro, larga três universidades e fica em uma só”. Ela tinha toda a razão, porque era óbvio que não dava para fazer o doutorado dando tantas aulas, uma vez que eu era professora horista em todas elas. Uma loucura! Então voltei para o Rio e foi justamente em dezembro de 1991 que fiz o concurso para professora efetiva na UFF. Passei e assumi a disciplina de História do Brasil, em 9 de janeiro de 1992.

CH: A minha pergunta foi no sentido de o público entender um pouco a sua trajetória. Uma das marcas da sua produção é a questão da cidade e da cidade colonial.

MFB: Entrei como professora na PUC em 1983; logo depois Ilmar tirou uma licença para escrever sua tese de doutorado. Ele me chamou para ajudá-lo na pesquisa na Biblioteca Nacional, na seção de periódicos, onde se encontravam os anais do Senado e da Câmara no século XIX. Foi naquele momento, e posteriormente, com a publicação do livro *O tempo Saquarema* (1987) – que eu considero incontornável – que a cidade apareceu para mim como um objeto a ser estudado. Foi ali que comecei a pensar: o que é cidade colonial? É o lugar da interface entre vários monopólios? O monopólio político da Coroa, do colonizador, do

colono? E o colonizado? Fiquei fascinada pela questão da cidade, da cidade colonial. Ao lado disso havia o tema do medo. O livro de Jean Delumeau estava então em voga (1989). O medo me dizia respeito. Eu moro no Rio de Janeiro, uma cidade na qual sempre nos dizem, “ah, cuidado, não vai por aqui, não deixa o carro ali, não sai a essa hora, você é mulher” etc. Então falei para mim mesma: eu vou encarar o medo. Vou estudar a cidade no século XVIII, porque desse período também não entendo muita coisa. É como se fosse um outro “país”, um “país estrangeiro”: são outras as racionalidades... e os medos... Aquilo era fascinante, desafiador. Lembro-me da primeira vez que consultei um documento na Biblioteca Nacional na seção de manuscritos, porque o meu território até então era o dos periódicos e das obras raras, tudo publicado. Eu nunca tinha entrado na seção de manuscritos. O primeiro documento do século XVIII que eu li era um relato de um pirata capturado no Atlântico Sul e levado para as Canárias, com quatro fólios e uma letra muito desenhada. Eu levei quatro horas para conseguir lê-lo, uma hora para cada fólio. Fiquei fascinada por esse recuo cronológico, pelo desafio do “outro” absoluto. Nesse sentido, acho que fiz também um pouco de antropologia na minha tese de doutorado.

CH: Você é uma das historiadoras que têm uma vivência muito grande em outros centros de pesquisa, não só no Brasil, mas em Portugal, Espanha, França, enfim, uma vivência internacional, que é um fator importantíssimo para o historiador. O que você aponta como uma das tendências, vamos dizer assim, profícuas no estudo do urbano, das sociabilidades e da urbanidade colonial? Como é que você apreende ou apreendeu isso no estudo do Rio de Janeiro? Claro que quando dizemos colonial, estamos imaginando três séculos, quase quatro séculos. E o que mudou?

MFB: Desde o clássico ensaio de Sérgio Buarque de Holanda, “O semeador e o ladrilhador”, publicado em 1936, só muito recentemente a reflexão sobre a formação e o desenvolvimento das cidades coloniais na América portuguesa ganhou um novo e significativo alento. Quer acadêmica, quer ligada a intervenções urbanas, ela tem reunido principalmente arquitetos e urbanistas. Os historiadores mantiveram-se por longo tempo alheios a essas questões, talvez ofuscados pela preponderância da vida rural. Preponderância que, para grande parte da historiografia tradicional, relegava a cidade à simples condição de porto e sede do aparelho administrativo metropolitano, meio caminho entre as fazendas e os centros de comercialização e de decisão política na metrópole. Construiu-se, assim, o mito da pequena ou nenhuma importância da cidade no quadro da colonização portuguesa no Atlântico. Para aqueles que, no entanto, resolveram falar das cidades, a análise comparativa dos processos urbanizadores das Coroas ibéricas serviu para enfatizar a falta, a carência, a ausência de planificação dos espaços urbanos portugueses. Ainda segundo Sérgio Buarque (Holanda, 1976), a rotina e não a razão abstrata teria sido o princípio que nor-

teou os portugueses na implantação de suas cidades no ultramar. Essas não teriam seguido de perto a mesma vontade normativa das urbes da colonização hispânica, não chegando a contradizer o quadro da natureza, obedecendo antes às sugestões topográficas, traduzindo em sua configuração espacial nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra *desleixo*.

Embora bastante difundida, essa tese é hoje discutida. O denominador comum de recentes pesquisas sobre o urbanismo português é provar a existência de norma, de regra, de ordem no desenho de suas cidades, aproximando-as seja ao modelo geométrico hispano-americano, seja aos padrões existentes na metrópole – da cidade medieval, renascentista, barroca, ou ainda o que se convencionou chamar de “urbanismo pombalino”. Nesse sentido a preocupação central dos estudos de ponta sobre esse tema – sobretudo entre arquitetos e urbanistas – é tentar identificar um modelo português de urbanização. A questão de fundo é saber até que ponto existiu uma ideia de “cidade portuguesa”, e como ela foi transplantada para contextos tão diversos como os do Atlântico Sul.

Para tanto, os estudiosos escolheram alguns indicadores. O primeiro, de caráter geográfico e tipológico, se propõe a localizar fisicamente o núcleo urbano, já que a escolha do sítio – o “lugar da cidade” – é um dos aspectos considerados importantes na sua especificidade. Não é difícil, se quisermos manter o debate num nível, a meu ver, bastante formal, encontrarmos em diferentes pontos do Atlântico Sul cidades que reproduziram esse modelo. Salvador, Rio de Janeiro, Olinda e Recife, São Paulo de Luanda, assim como tantas outras, foram cidades que não fugiram à regra que presidira a escolha do sítio mais apropriado para a defesa do território colonial e para o desenvolvimento de sua função econômica primordial: o comércio. As necessidades político-militares das conquistas não só determinaram a configuração das linhas de defesa, refletiram-se igualmente na disposição do espaço interior da urbe colonial, dividida em duas zonas centrais: a administrativa e a comercial. A zona administrativa situava-se, em geral, na parte alta da cidade, enquanto a parte baixa era o espaço do comércio, dos demais ofícios mecânicos e das atividades portuárias. Abrigava igualmente os edifícios da Alfândega, da Junta da Fazenda Real, o Arsenal, a Ribeira das naus, os armazéns do Terreiro Público, no caso de os haver. Somos levados, portanto, a concordar que tal divisão é típica da “ecologia urbana” portuguesa, tendo sido transposta para seus domínios ultramarinos.

Mas para responder sua pergunta em relação às sociabilidades urbanas, não cabe apenas assinalar o mimetismo físico e geográfico das cidades coloniais em relação às metropolitanas. É, até certo ponto, inócua a discussão sobre se a extrema similitude topográfica das cidades portuguesas nos quatro cantos do mundo é obra resultante do acaso ou de uma intenção determinada. Para que a mesma discussão não permaneça no nível das abstrações de um debate exclusivamente calcado na estrutura formal das vilas e cidades im-

plantadas no ultramar, é necessário se perguntar sobre as condições políticas, econômicas e culturais que geriram sua fundação e seu desenvolvimento. É bastante recorrente o argumento dos historiadores acerca da crescente presença da Coroa portuguesa na aventura ultramarina. Menos consensual é a afirmação de sua ação tutelar na política urbanizadora dos territórios de além-mar. A divisão inicial do Brasil em capitanias hereditárias, a outorga pelo rei aos donatários do direito de fundar vilas, é outro dado que obscurece o fato de que o empenho urbanizador da Coroa, por meio da criação de cidades “reais”, marítimas e fortificadas, como o Rio de Janeiro, constituiu-se em um dos elementos fundamentais não apenas para a posse e defesa do território – no caso frente aos franceses –, mas sobretudo para o processo de colonização.

O meu propósito na tese – e que permanece ainda hoje – foi o de levantar algumas questões que poderiam lançar nova luz ao estudo das cidades em território colonial. Parece consensual entre os estudiosos que um núcleo pode ser caracterizado como urbano caso possua duas ou três funções significativamente urbanas, como fortificação, igreja e casa da Câmara, independentemente de sua origem, plano, forma, dimensão e desenvolvimento. Esses três elementos dariam um “sentido urbano” a determinado espaço físico.

Se uma das características urbanas, além da fortaleza, voltada para a defesa externa, era a construção da casa da Câmara e cadeia, não interessa tanto a sua disposição espacial, se diante da praça central, em frente ao pelourinho etc., mas sim seu significado político. Só assim, a meu ver, pode-se chegar a um ponto de inflexão capaz de dar uma guinada qualitativa na interpretação do urbano e, em última instância, da cidade colonial. Trata-se de descobrir sua “geografia política”, de politizar o “lugar das cidades”, ou, dito de outra forma, tratar as cidades como centros nevrálgicos de uma politização do espaço.

Cenário privilegiado da dinâmica política e simbólica do poder metropolitano nos territórios coloniais, no espaço urbano se estabeleceram os principais funcionários da Coroa, encarregados da estrutura política, jurídica, administrativa, econômica e militar das conquistas. Mas não só. Como afirma o historiador Charles Boxer (1965), elementos de unidade e de continuidade entre o reino e seus domínios ultramarinos, pilares da sociedade colonial portuguesa nos quatro cantos do mundo, as câmaras municipais foram órgãos fundamentais de representação dos interesses e das demandas dos colonos. Recuperar a dinâmica de negociação entre as elites coloniais – por meio das câmaras – e a Coroa portuguesa consiste, a meu ver, na perspectiva teórica que, ao valorizar a cidade como espaço político de negociação, ultrapassa uma visão mais tradicional baseada numa “via de mão única”, que valoriza apenas a exploração ou a dominação metropolitana sobre o território e a população colonial. Essa noção pactícia ou contratualista entre súditos e soberano, entre poderes locais e poder central, entre câmaras e Coroa é o ponto de inflexão, a meu ver,

dos estudos que, a partir de uma perspectiva histórica, valorizam atualmente a importância política da cidade colonial no seio do império ultramarino português.

Por outro lado, para concluir e responder mais diretamente a sua pergunta acerca da minha experiência internacional, há muito venho dialogando com historiadores e arquitetos, sobretudo portugueses, mas não só. Durante meu doutorado fiz estágios de pesquisa, primeiro em Portugal e depois na França. Lá conheci alguns de meus grandes interlocutores no estudo das cidades, como Renata Malcher de Araújo, Walter Rossa, Helder Carita, Cláudia Damasceno Fonseca. Em 1999 estivemos juntos, entre tantos outros pesquisadores brasileiros e portugueses, no colóquio *Universo Urbanístico Português (1415-1822)*, organizado em Coimbra pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Creio que foi um importante fórum de debate sobre as cidades e seu estudo. Até hoje esse diálogo dá frutos, como comprova a publicação, em 2021, do livro organizado por mim e por José Pessôa, também professor de arquitetura na UFF, *Cidade, sociabilidade e patrimônio: as capitais no império português e no Brasil* (Bicalho, Pessôa, 2021).

CH: É possível desdobrar isso em dois aspectos. Primeiro, a questão da cidade. O seu olhar de fora... você está olhando um “indígena” chamado Rio de Janeiro que estava na tese de uma professora chamada Maria Fernanda Bicalho. E o medo?

MFB: Sim, o que eu estava observando não era a cidade atual, na cidade atual a gente vive cotidianamente. Eu queria olhar justamente a gênese dessa cidade, e reportar o medo para aquele momento, para aquela época. Além da influência do mencionado livro de Jean Delumeau e dos trabalhos de minha orientadora, ícones da história social e cultural, a questão do medo no Rio de Janeiro partiu da leitura de uma consulta do Conselho Ultramarino. O Conselho Ultramarino era o órgão colegiado que aconselhava o rei de Portugal, a partir de meados do século XVII, sobre as questões das conquistas, ou colônias. Refiro-me aqui a uma consulta muito trabalhada por vários historiadores, eu absolutamente não fui a primeira. Luciano Figueiredo (2006), nosso colega, tem um trabalho de peso sobre o conselheiro Antônio Rodrigues da Costa e a consulta dirigida ao rei dom João V em 1732. Nela, o conselheiro afirmava que há – ou havia – dois perigos que todas as monarquias na Época Moderna poderiam sofrer em relação a seus domínios de ultramar. Um deles era o perigo externo, provocado por outras nações europeias que, em função da cobiça por riquezas, poderiam invadir e tomar a conquista, ou colônia de um determinado soberano. O outro perigo era provocado pelos próprios súditos coloniais, pelos próprios vassalos ultramarinos.

O primeiro perigo – e o medo que poderia provocar – é representado pelo “outro”, pelo estrangeiro, pelo corsário ou pirata, pelo rei inimigo num momento de guerra. O segundo era fruto da reação dos súditos, ou seja, quando os súditos ultramarinos se sentiam amea-

çados e “aborrecidos” – são os termos do documento – com o governo do soberano. E esse aborrecimento poderia facilmente resultar em revoltas contra o mau governo, contra a corrupção das autoridades régias, contra a exorbitância dos impostos, dos donativos, quando sua cobrança era, como se dizia na época, “vexatória”, quando eles, súditos, sofriam “vexações”.

Foi sobretudo a partir do primeiro perigo – ou medo – que pensei na cidade do Rio de Janeiro. A cidade foi fundada a partir da expulsão dos franceses da França Antártica. Certamente a baía da Guanabara foi, inicialmente, habitada pelos indígenas e, no que diz respeito aos europeus, anteriormente pelos franceses. A cidade do Rio sempre viveu uma ameaça constante de invasão e a experiência aterradora do medo. Podemos citar em 1710 e 1711 as duas invasões corsárias francesas durante a Guerra de Sucessão ao trono espanhol, além da tentativa de uma terceira, em 1762, no final da Guerra dos Sete Anos. E, mais para o final do século XVIII, o medo do contrabando e, sobretudo, das “abomináveis ideias”, pós-Revolução Francesa (Bicalho, 2023).

O “medo externo” dava para discutir na tese, pois existe documentação suficiente sobre ele. O problema era o “medo interno”, pois para analisá-lo eu precisava da documentação, sobretudo da Câmara do Rio de Janeiro. Precisava saber como era o cotidiano da cidade. Quem é que, internamente, além da Coroa, dos governadores, dos vice-reis, legislava sobre como enfrentar e remediar os perigos experimentados na conflituosa e hierárquica sociabilidade urbana? Mais do que isso, quem era representado, e como o era, nessa cidade? Quais eram os segmentos – ou, como se dizia na época, os “bandos” – os vários clãs e as distintas redes familiares e clientelares que conviviam e disputavam, quer o território, quer sua administração?

E inicialmente eu não sabia que o edifício da Câmara do Rio de Janeiro pegou fogo em 1790. A maior parte de sua documentação – as atas das reuniões, as cartas endereçadas ao rei e a outras autoridades, as resoluções sobre os mascarados, “alevantados”, escravizados insubmissos, homiziados, ciganos, todos aqueles que se escondiam em terrenos baldios ou se aquilombavam, se perdeu nesse incêndio. Então, era muito difícil ter acesso aos medos internos. A sorte foi que tive uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre 1994 e 1995, em Portugal. Lá consultei os fundos do Arquivo Histórico Ultramarino, a documentação do Conselho Ultramarino. A maior parte das petições, queixas, reclamações, solicitações, representações da Câmara que “subiam” – é assim mesmo que se diz, que subiam – ao rei, “baixavam”, por aviso do secretário de Estado, ao Conselho Ultramarino, e o rei pedia que os conselheiros dessem o seu parecer sobre aquela questão, sobre aquele problema. Os oficiais da Câmara reclamavam do governador, os homens de negócio reclamavam da Câmara, os escravizados reclamavam dos senhores, pois eles também tinham direito de escrever ao rei. Foi por meio dessa documen-

tação que consegui perceber, pelas consultas e pareceres do Conselho, muito da dinâmica interna da cidade e de seus medos. E então descortinar o circuito, não só das queixas, reclamações, petições dos súditos, mas o alvitre dos conselheiros remetido ao rei, que não raro os acatava no sentido de melhor governar o seu império.

CH: De volta à sua trajetória acadêmica, você se doutorou na USP, orientada pela professora Laura de Mello e Souza, na grande escola do assim chamado Antigo Sistema Colonial, dos professores Fernando Novais, Jobson Arruda e da própria Laura. E você, Fernanda, foi uma das precursoras da tese do Antigo Regime dos Trópicos. Como isso se deu?

MFB: Sem dúvida, eu fui não só formada na USP, mas também na PUC, num momento em que vicejava a tese do Antigo Sistema Colonial. Na década de 1990, fui para Portugal e lá me deparei com a obra de António Manuel Hespanha. Meu supervisor no estágio de pesquisa com a chamada bolsa sanduíche da Capes era o professor Francisco Bethencourt, que naquela altura era professor da Universidade Nova de Lisboa, e hoje leciona no King's College. Desde que cheguei, ele foi de uma gentileza, de uma generosidade imensa comigo, orientando-me nos acervos documentais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional de Portugal. E indicou-me dois livros – que dizia serem fundamentais – recém-publicados. Um deles, *As vésperas do Leviathan*, do professor António Manuel Hespanha (1994), e o outro, *Os sentidos do Império*, do professor Valentim Alexandre (1992).

Com seus artigos e livros, António Manuel Hespanha provocou, a meu ver, um profundo deslocamento na interpretação então dominante na historiografia no Brasil, propondo um modelo de análise que se distancia dos imaginários nacionalistas, incorporando perspectivas mais atuais, até então tímidas nos horizontes dos estudos sobre o Brasil colonial. É importante ressaltar o mérito e a abrangência dessa influência no sentido da ruptura, ou seja, do estabelecimento de um novo paradigma historiográfico por meio da operacionalização de novas categorias e conceitos para a interpretação de antigos documentos, no intuito de compreender a matriz cultural católica da monarquia portuguesa, e, sobretudo, refletir sobre a arquitetura, as configurações, as dinâmicas, as práticas e representações no império português. Não deixou de lado os poderes locais, em especial as câmaras municipais que, além de instrumentos eficientes na organização política das elites ultramarinas – que as utilizaram para legitimar sua liderança na defesa de seus interesses e no estabelecimento, ampliação e fortalecimento de suas redes sociais – eram talvez o mais eficaz contraponto do processo de centralização monárquica ou do “absolutismo” que porventura pudesse caracterizar o topo.

Valentim Alexandre critica o conceito de “crise” do sistema colonial em fins do século XVIII. Afirmo ser o conceito de vulnerabilidade o que melhor pode exprimir a situação do

império ultramarino e o tipo de dificuldades que a Coroa encontrava na manutenção de seus domínios. A seu ver, essa vulnerabilidade foi permanente desde o século XVII, revelando-se mais claramente nos períodos de conflito internacional à escala europeia, acentuando-se no início do século XIX. Vulnerabilidade não apenas econômica, mas que se evidenciava profundamente na política imperial e nas relações internacionais de Portugal.

Quando voltei da Europa, me submeti logo, em fevereiro de 1996, a meu exame de qualificação. Além de Laura, os professores Ilana Blaj e Fernando Novais estavam na minha banca. A arguição e as questões colocadas pela professora Ilana foram uma verdadeira “revelação” para mim e creio que corroboraram a “tese” que eu começava a formular a partir de toda essa experiência que tenho relatado até aqui. Ela dizia mais ou menos o seguinte: “Fernanda, você fala tanto de exploração, de crise, de não pactuação. Você já pensou na eficácia da negociação? Você já pensou que qualquer governo para se manter tem que negociar? Não pode ser só exploração”.

Portanto, tentando responder a sua principal questão, e retornando ao início dessa entrevista, a minha trajetória e a minha produção acadêmica foram imensamente beneficiadas, por um lado, por uma escolha minha, pelo fato de eu ter me graduado em história na PUC-RJ, feito o mestrado em antropologia no Museu Nacional, voltado para a história no meu doutorado na USP. E por ter pesquisado e entrado em contato com a historiografia internacional, sobretudo portuguesa, não só na década de 1990, mas nos vários estágios pós-doutorais nas últimas décadas. E, por outro lado, por ter dado aulas durante todo esse período, desde 1982 até hoje. A sala de aula, os alunos, os colegas e os amigos que fiz nesse longo tempo de ofício são, sem dúvida, responsáveis pelo que de bom e de importante eu possa ter ensinado e produzido. E espero que eu tenha feito algo de importante.

Referências

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1992.

BICALHO, Maria Fernanda. “O Bello Sexo”: *imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. 2. ed. Niterói: Proprietas, 2023.

BICALHO, Maria Fernanda; PESSÔA, José (org.).

Cidade, sociabilidade e patrimônio: as capitais no Império português e no Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa; EdUFF; Faperj, 2021.

BOXER, Charles Ralph. *Portuguese society in the tropics: the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda (1510-1800)*. Madison: University of Wisconsin Press, 1965.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. Antônio Rodrigues da Costa e os muitos perigos de vassalos aborrecidos (notas a respeito de um parecer do

Conselho Ultramarino, 1732). In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina S. dos; NEVES, Guilherme Pereira das (org.). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006. p. 187-203.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do*

Leviathan: instituições e poder político. Portugal, séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p. 61-100.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987.

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do texto. Editores responsáveis: Georgina Silva dos Santos (<https://orcid.org/0000-0002-3946-8685>), Rodrigo Bentes Monteiro (<https://orcid.org/0000-0002-6499-9912>) e Samantha Viz Quadrat (<https://orcid.org/0000-0003-1547-1000>).